

COTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: primeiro passo para uma contratação eficiente, justa e eficaz para a administração pública

Jucimar Casimiro de Andrade¹

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo analisar a relação entre os preços orçados e os preços homologados e oficializados nas atas de registro de preços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) entre os anos de 2010 a 2016. A metodologia utilizada foi a estatística descritiva com uso do coeficiente de correlação de *Pearson*®. Os cálculos foram operacionalizados com auxílio de planilhas *Excel*® e do *software* *SPSS*®. Os resultados apontaram que existe uma correção significativa entre essas duas variáveis em torno de 94%, o que indica que as cotações orçamentários utilizadas na modalidade de Pregão Eletrônico (PE) para esse órgão estão sendo feitas de maneira eficiente e reduzindo custos nas contratações. Os resultados apontaram também que ao serem avaliadas isoladamente, aquisições de materiais de alto valor agregado, como impressoras e equipamentos de uso pedagógico, apresentam um alto grau de dispersão estatística entre os valores orçados e os valores reais contratados, o que aponta para fortes indícios de que os fornecedores estão superavaliado seus orçamentos com valores muitos acima da prática usual de mercado. Assim, pelas evidências apontadas, é imprescindível que os órgãos responsáveis pelas contratações sejam mais criteriosos na fase de pesquisa de preços para que a administração contrate serviços e/ou materiais de forma eficiente e a preços justos.

Palavras-chave: Gestão pública. Cotação orçamentária. Institutos federais.

1 INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm se mostrado significativamente desafiadores para os entes públicos, principalmente para os Institutos Federais de Ensino (IFE's), pois os mesmos vinham passando por um processo amplo e dinâmico de expansão e agora se veem diante de

Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural-PADR/UFRPE
Pregoeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)
E-mail: jucimarcandrade@gmail.com

duradouras e severas restrições orçamentários que tem exigido acima de tudo replanejamento e cortes em áreas que envolvem inclusive o cerne na prestação dos serviços desses entes, que é uma educação pública gratuita, universal e de qualidade.

Mesmo diante de enormes desafios impostos por uma estrutura orçamentária precária e cada vez mais escassa, o que acabou por prejudicar não apenas a execução dos serviços já prontamente contratados, mas principalmente as ambiciosas metas que se tinha para o futuro, muitos esforços têm sido implantados na tentativa de manter os padrões de excelência em educação que vinham sendo conquistados pelos IFE's.

Nesse contexto de desafios e mudanças impostas aos institutos federais e às universidades, alguns pontos merecem destaque, principalmente por permitirem maior debate e discussão de ideias em diferentes frentes que lidam com diferentes necessidades dentro do contexto educacional. Como é o caso dos setores administrativos responsáveis pelas compra de materiais que irão abastecer diversos setores dentro do IFE's e consequentemente permitir a sustentação dos três pilares fundamentais da educação, que são: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Destarte, é praticamente impossível imaginar educação pública de qualidade sem investimento de recursos financeiros e, no caso brasileiro, esses recursos são quase que exclusivamente provenientes do poder público, ou seja, é o povo quem paga desde uma simples caneta até a manutenção de um hospital universitário; e para que isso ocorra, muitos profissionais trabalham intensamente e às vezes com o mínimo de condição para fazer jus a uma contratação que seja a melhor possível para a administração pública, fazendo com que os remédios não falem nos postos e nos hospitais, que a limpeza seja feita todos os dias nas salas de aula e nos espaços comuns, que os laboratórios tenham sempre reagentes e equipamentos.

Essa eficiência e celeridade nas contratações de bens almejados pelos setores demandantes dos IFE's somente é alcançada pelo esforço conjunto e pelo uso cada vez maior de sistemas informatizados que permitirem mais transparência e mais controle social nas compras efetivadas. Assim, o *site* de Compras Governamentais (COMPRASNET), permite ampla divulgação e fiscalização por parte dos órgãos de controle e da população de maneira geral. Uma das maiores vantagens desses sistemas é permitir que a compra realizada na modalidade pregão eletrônico, seja acompanhada em tempo real por quem de interesse, sem que a lisura do processo seja quebrada.

Para o Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, 2015) além da celeridade de todo o processo, outras vantagens da informatização das compras públicas são: a total transparência, uma vez que os dados referentes às compras ficam disponíveis na página do Comprasnet; o estímulo à economia local; a diminuição dos gastos governamentais e até mesmo a preservação do meio ambiente, já que uma grande quantidade de papel deixará de ser utilizada com procedimentos burocráticos.

Diante desse cenário no qual as compras públicas estão vulneráveis, a transparência trazida pelo pregão eletrônico surge como uma boa ferramenta de combate à corrupção, pois a universalidade de participação de muitos fornecedores dificulta fraudes, o que diminui a ocorrência de corrupção dos agentes públicos e particulares (FARIA *et al.*, 2011). E Vasconcelos (2008) acrescenta que o maior beneficiário com essa nova modalidade de licitação é a sociedade, pois no Governo Federal, todos os lances e acontecimentos de um pregão são registrados em atas eletrônicas, no endereço do Comprasnet, que podem ser consultadas por qualquer cidadão interessado e isso facilita a fiscalização e o controle social.

Destarte, verifica-se que o processo de compra em um órgão que usa recursos públicos é extremamente complexo, e o debate aponta que, nas entidades públicas, as compras de materiais ou de serviços são bem mais complexas que na iniciativa privada, pois o gestor público precisa estar atento ao que determina a Lei, pois estudos apontam que é no processo de contratações de bens, obras e serviços que se concentram as principais vulnerabilidades do Estado, principalmente diante de necessidade de materiais que fazem parte de mercados oligopolizados ou até mesmo monopolizados.

Portanto, o presente estudo justifica-se pela necessidade de mais trabalhos empíricos que analisem e identifiquem possíveis falhas que acontecem nos processos de contratações por parte dos órgãos públicos, e para isso é necessário conhecer as etapas de uma contratação; em que a cotação orçamentária configura-se como a mola-mestra que embasará a estimação de preços e a condução de um certame licitatório rumo a uma contratação vantajosa para a administração pública e conseqüentemente para o bem comum do povo.

Desse modo, pelas considerações expostas, constitui-se o problema de pesquisa deste estudo: Como os preços orçados se relacionam com os preços homologados pelo ordenador de despesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)?

Nas seções seguintes será discutido o processo de contratações públicas e a importância do planejamento orçamentário na condução de uma compra eficiente e eficaz

para os entes públicos. Abordar-se-á também os mecanismos contratuais que vêm norteando as aquisições de bens e serviços comuns nos Institutos Federais de Ensino (IF's), especificamente no IFPB que é o objeto de estudo desse trabalho, apontando os mecanismos legais que envolvem as licitações públicas e a importância de uma cotação de orçamentária bem feita antes uma contratação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANÁLISE DE MERCADO E COTAÇÃO DE PREÇOS

A complexidade das compras governamentais exige que seus procedimentos sejam fundamentados em conceitos de profissionalização, transparência e desburocratização, e para que isso aconteça exige-se comprometimento mútuo entre os diferentes setores envolvidos no processo de compras nas diferentes esferas de poder. Assim, todos os atos emanados da administração pública são baseados na lei e, para compras governamentais não é diferente; dentre os vários dispostos legais que regulamentam tal prática, destacam-se a lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, lei nº 10.520 de 17 de junho de 2002 e Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.

Barros (2009, p. 10) destaca que “a Administração Pública é responsável pelo bem comum da coletividade e defesa do interesse público e o seu agente público é o elemento de exteriorização. Sob essa ótica, este deve, portanto, cumprir os deveres que a lei lhe impõe”.

Maior comprador do País, movimentando cerca de R\$ 14,2 bilhões por ano, o setor público fazia pouco uso do seu poder de compra. A impossibilidade de processar e gerenciar as informações, transformando-as em conhecimento, fazia fraca a gigantesca força de negociar suas compras de forma competitiva. Assim, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, implementou várias medidas que racionalizaram os custos: a criação do portal, a realização dos pregões eletrônicos e, mais recentemente, a implantação do Sistema de Cotação de Preço Eletrônico (REIS, 2015).

O art. 40 da Lei nº 8.666 destaca em seu § 2º constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

~~H - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;~~

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

Portando, o próprio ordenamento jurídico obriga que antes de cada processo licitatório exista uma estimativa de preços que seja capaz de balizar o processo de contratação, pois não se contrata objeto algum sem que se tenha um orçamento previamente estimado, no caso de obras e serviços de engenharia esse orçamento deve ser realizado por um profissional de engenharia e/ou arquitetura.

Para um orçamento bem feito, o primeiro passo é a realização por parte do setor solicitante de uma ampla investigação junto ao mercado, mas para isso, é preciso que os envolvidos tenham um profundo conhecimento técnico sobre o objeto a ser licitado. Assim, realizar uma contratação sem a presença de um orçamento segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é um indício grave de ilegalidade passível de nulidade do certame e também de imputação de sanção aos envolvidos.

Nesse ínterim, a Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017 dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços nas aquisições de bens e contratação de serviços em geral, destacando:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2º Serão utilizadas, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

§4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.

Como se verifica pela nova redação dada pela IN nº 03/2017, a administração pode recorrer a diferentes critérios para aferição do preço de referência em uma contratação, desde que, essa pesquisa seja ampla o suficiente para representar a realidade do mercado e evitar preços superavaliados ou manifestamente inexequíveis.

Isso implica necessariamente equipes técnicas engajadas nessa tarefa, uma vez que, somente um trabalho criterioso e sério de cotação orçamentária poderá determinar uma contratação justa, eficiente e eficaz para administração pública, evitando desperdício de dinheiro e de tempo para a administração.

Conforme a SCI (2014) a pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global.

Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor médio de mercado para uma pretensão contratual (CGU, 2010).

Dessa forma, faz-se necessário compreender os objetivos, o passo-a-passo e as dificuldades inerentes a tal procedimento, desprender-se de alguns dogmas estabelecidos sobre sua realização, além de atentar para o mercado e para a jurisprudência dominante, no sentido de melhor proceder à concretização da pesquisa de preços. Assim, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) vem apontando para a necessidade de realização de pesquisa de preço de maneira mais ampla possível, fazendo uso das diversas fontes disponíveis no mercado.

O TCU através do Acórdão TCU 1785/2013 esclareceu que dentro do pregão eletrônico, a ausência de pesquisa de preço que represente adequadamente os preços de mercado, além de constituir afronta à jurisprudência do Tribunal de Contas, pode render ensejo à contratação de serviços ou aquisição de bens por preços superiores aos praticados pelo mercado, ferindo, assim, o princípio da economicidade.

Assim, a pesquisa de preços tornou-se um obstáculo a ser superado na condução dos certames licitatórios públicos, exigindo um vasto conhecimento da jurisprudência atual sobre a matéria, de forma a possibilitar o aperfeiçoamento das rotinas até então estabelecidas (Secretaria de Controle Interno-SCI, 2014).

Como explanado anteriormente, a Lei n. 8.666/93 fala brevemente sobre a pesquisa de preço como ferramenta importantíssima nas licitações públicas. O parágrafo 2º do artigo 40 desta lei determina a necessidade de orçamento em planilhas de quantitativos e preços unitários como anexo do edital. Daí se entende que é ultra necessário que o órgão licitante possua uma estimativa prévia e com fontes diversificadas que permita verificar se os preços propostos são exequíveis e compatíveis com o mercado (COSTA, 2015).

Destarte, para uma boa condução de uma compra governamental através da modalidade de pregão eletrônico, faz-se necessário uma pesquisa que seja capaz de estimar o mais próximo possível o preço que se pratica no mercado para o item a ser adquirido. Para Reis (2015), usualmente a aludida pesquisa é refletida pela apresentação de três orçamentos de fornecedores e pela aferição técnica da melhor definição do objeto, ou seja, considera-se uma pesquisa de preços no mercado, a busca pela Administração Pública dos valores e das condições comumente praticadas no mercado para determinado objeto.

Soraes Júnior e Morais (2016) ao realizarem um estudo com o objetivo mensurar a economicidade obtida com a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico nos processos de aquisição e contratação realizados pelo IFRN – Campus Mossoró entre os anos de 2010 a 2012, constataram uma economia de 20,90% no ano de 2010, de 16,02% no ano de 2011 e de 18,46% em 2012, totalizando um montante econômico de R\$ 465.605,74. Concernente ao tempo de conclusão dos processos, estes apresentaram uma média de 23 dias para a conclusão, acima do esperado, visto que foram detectados alguns problemas na execução dos procedimentos.

Reis (2014) alerta que a falta de uma pesquisa de mercado nos processos licitatórios e nos contratos administrativos, quando se deseja instaurar uma licitação, celebrar um contrato, prorrogar para fins de renovação ou restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro por intermédio da revisão. Os agentes públicos simplesmente solicitam orçamentos para vários fornecedores e então “pegam”, no mínimo, três para juntar no processo e concluir a pesquisa de mercado.

Ao se estruturar uma pesquisa de preços existem um conjunto de informações importantes a serem definidas, além da descrição dos bens e serviços e do método e estratégia

de suprimentos, as quais serão fundamentais para que o cálculo do preço de referência seja realizado de acordo com as expectativas dos órgão licitante, que são: praça de validade, com ou sem incidência de impostos, com ou sem frete, á vista ou à prazo (BARBOSA, 2015).

2.2 EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO

Os Institutos Federais de ensino vem passando nos últimos anos por um processo contínuo de expansão em suas atividades; inicialmente as antigas escolas técnicas ofertavam apenas cursos de nível técnico e médio, atualmente em virtude dessa expansão são oferecidos cursos superiores de bacharelado, tecnológico e licenciatura, ou seja, abrangendo todas as áreas de ensino.

Mas para que essa expansão continue sendo possível e viável em termos orçamentários, é necessário muito investimento, principalmente na aquisição de materiais e equipamentos que serão utilizados nas atividades pedagógicas e acadêmicas. Nesse escopo, que o setor de compras tem um papel crucial, pois somente através de uma contratação eficiente e eficaz, os objetivos e metas da gestão serão cumpridos.

A seguir tem-se algumas informações gráficas que sintetizam os mecanismos de expansão e investimentos feitos nos Institutos Federais de Ensino entre anos de 2002 a 2016.

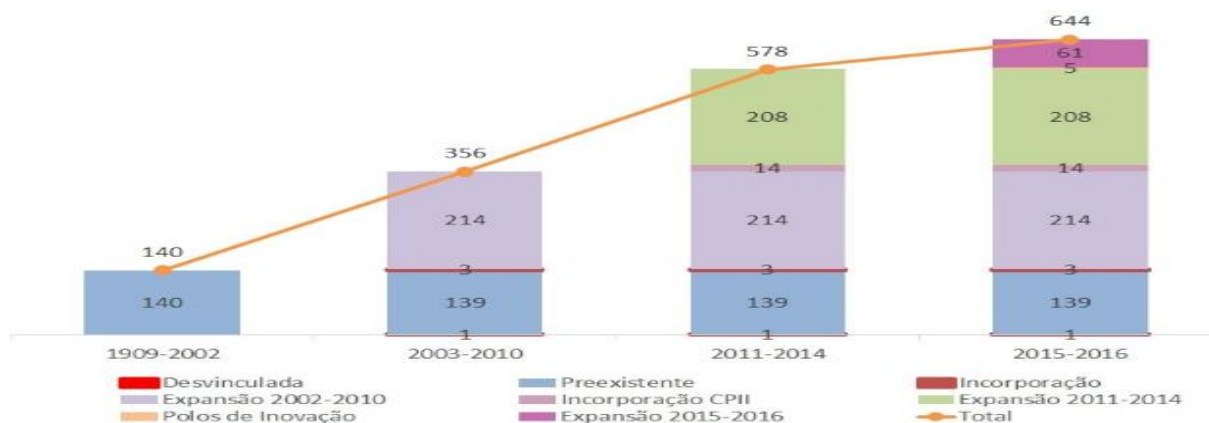


Gráfico 1- Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (em unidades)

Fonte: Ministério da Educação (MEC), 2016.

A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento (MEC, 2016).

Ainda segundo o MEC (2016) são 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e

licenciaturas. Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Instituições:

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- Centros Federais de Educação Tecnológica
- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Colégio Pedro II

O IFPB surgiu desse processo que ocorreu com a transformação das antigas escolas técnicas e centros federais de educação em institutos federais de ensino. A união foi iniciada com a junção do CEFET em João Pessoa com a antiga Escola Agrotécnica em Sousa, e hoje conta com uma enorme estrutura e com vários cursos que atendem pessoas do estado da Paraíba e de outros estados, atendendo demandas desde o litoral até o sertão.

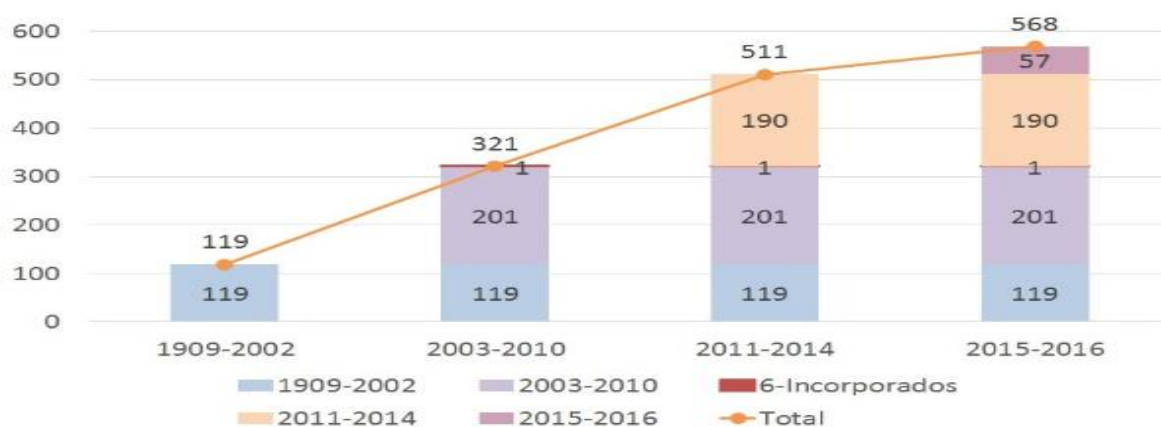


Gráfico 2 - Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Fonte: Ministério da Educação (MEC), 2016.

Vários municípios pelo Brasil passaram a se beneficiar desse processo de expansão e inserção de uma educação profissional e tecnológica de qualidade e gratuita; assim, desde 2002 a 2016 em decorrência dessa expansão, tem aumentado também os números de municípios atendidos pelos cursos, que em sua grande maioria buscam responder às necessidades locais de cada região. Por exemplo, se após análises técnicas efetuadas, forem identificadas determinadas vocações para uma região, os cursos a serem ofertados tendem a suprir essas necessidades.

No caso do IFPB, foram criados vários cursos superiores que aproveitaram a capacidade técnica já instalada e também a vocação de cada região, como a criação do curso de bacharelado em medicina veterinária no município de Sousa no sertão, que já possuía uma estrutura pronta na área de ciências agrárias; criação de cursos na área de pesca e alimentos em Cabedelo, que é um município costeiro com essa vocação e também criação de novos cursos na área de turismo e hotelaria na região do brejo paraibano, que já possuía vocação para tal.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO E SUAS RESTRIÇÕES

Os recursos públicos são escassos, e nos últimos anos tem havido a necessidade de maior planejamento, principalmente de como melhor aplica-los; quer seja de forma direta ou na forma indireta através de transferências obrigatórias para os entes federados, o fato é que, independente de qual esfera os recursos são aplicados, o montante a ser destinado à execução das metas e programas do governo tem que condizer com a realidade local e tentar suprir as reais necessidades sem comprometimento de ações futuras.

Para a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2014) o orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública brasileira, ele é um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Assim, ele tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades ao longo dos anos. Acrescentando que, no Brasil, além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro.

Para Sousa e Teixeira (2008) o orçamento é um controle dos gastos públicos, pois direciona e controla ações dos governantes, sendo que a participação da sociedade é imprescindível e acontece a partir do conhecimento e da prestação de contas.

Em virtude da crise financeira ocorrida em meados da década de 80, o processo orçamentário brasileiro sofreu forte influência internacional com vistas a, sobretudo, conferir aos governos uma administração pública mais enxuta, mais efetiva e mais eficiente, como forma de garantir mínima governabilidade e proceder a uma ampla reforma do aparelho do estado com o objetivo de substituir o velho modelo burocrático pelo modelo gerencial mais condizente com a realidade atual (ABREU e GOMES, 2013).

Costa (2004) aponta que a aplicação de recursos públicos em ações que possibilitem a redução das desigualdades sociais e a indução do crescimento econômico do país exige que os entes governamentais tomem providências no sentido de ampliar o volume de recursos

disponíveis para tais ações. Sendo assim, o administrador público deve sempre perseguir parâmetros de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, de forma a otimizar a aplicação dos recursos públicos colocados à sua disposição.

Alexandrino e Paulo (2012, p. 186) acrescentam que “por força do regime democrático e do sistema representativo, toda atuação do estado deve ser pautada pelo interesse público, cuja determinação deve ser extraída da Constituição e das leis, manifestações da ‘vontade geral’”.

Vasconcelos (2008) alerta que é importante que o gestor público utilize as ferramentas mais apropriadas para a diminuição dos gastos, o que proporcionaria mais recursos para investimentos que resultem em crescimento econômico e a redução da desigualdade social, mas que para isso aconteça, tem que existir planejamento e vontade dos governantes, que em muitas situações estão alheios aos reais anseios sociais.

Ainda sobre a compreensão do orçamento público como meio capaz de permitir uma maior atuação das ações do governo, Dantas *et al* (2014, p.96) apontam:

O orçamento público precisa ser compreendido como uma ferramenta de gestão, denominada de matriz global, preocupado com o monitoramento dos atos da Administração Pública. O orçamento funciona como um marco regulador, capaz de direcionar a implementação de um programa de governo, baseado nos recursos previstos e alocados as despesas de cada projeto político-social.

Assim, para que as metas sejam atingidas e o orçamento cumpra realmente sua função social, que é a de ser eficiente em sua execução e eficaz em sua finalidade, é preciso que os entes governamentais trabalhem no sentido de um orçamento em que todos os envolvidos possam dar suas opiniões, o que poderá contribuir para a construção de uma identidade participativa com uma atuação social efetiva da população, ao mesmo tempo em que reduzirá a uma maior eficiência no controle do planejamento orçamentário.

Camargo *et al* (2015) realizaram um estudo de natureza descritiva e bibliográfica com o objetivo de analisar o processo de elaboração e execução do orçamento público do Município de Peruíbe em São Paulo. Para isso, os mesmos analisaram os instrumentos de planejamento do referido município referente ao exercício de 2013, bem como as demonstrações contábeis exigíveis para o acompanhamento da execução do orçamento. Através dessa pesquisa, foi possível compreender a importância do planejamento orçamentário, que deve estar alicerçado na flexibilidade e na capacidade para responder a mudanças, convertendo-se em uma ferramenta que ajudará o governo a organizar e controlar com mais eficiência os recursos públicos.

Quadro 1 – Transferências Governamentais para a função Educação

Subfunção	Valor Despesa
Transferências para Educação Básica	R\$ 4.749.670.395,49
Alimentação e Nutrição	R\$ 350.766.929,75
Educação Infantil	R\$ 123.864.447,73
DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO	R\$ 122.513.847,74
Ensino Profissional	R\$ 57.002.000,00
Desenvolvimento Científico	R\$ 54.500.000,00
Ensino Superior	R\$ 26.162.486,01
Administração Geral	R\$ 4.026.986,44
Desporto Comunitário	R\$ 247.026,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 89,75
Total	R\$ 5.488.754.209,87

Fonte: Portal de Transparência, 2016.

O quadro acima refere-se às transferências efetuadas entre os anos de 2009 a fevereiro de 2017 para a função orçamentária educação, o maiores montantes são destinados à educação básica, seguido de recursos para alimentação escolar e educação infantil. Os recursos para as universidades e institutos federais de ensino encontrassem-se na rubrica ensino profissional e ensino superior, notadamente os institutos vêm recebendo mais recursos que as universidades em decorrências do processo de expansão e interiorização que os mesmos vêm passando ao longo dos últimos anos.

Portanto, a flexibilização orçamentária exige empenho e a atitude daqueles que se intitulam como representantes do povo, uma vez que, somente muito debate e discussão entre as partes envolvidas, permitirá uma justa aplicação de recursos em áreas que historicamente foram desassistidas pelo poder público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa etapa do trabalho está direcionada a explicar os métodos utilizados para responder à questão-problema da pesquisa, para isso será relatado de forma sucinta quais foram os meios e recursos utilizados para este fim específico.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Prestes (2008, p. 24): “[...] a palavra pesquisa designa o conjunto de atividades que têm como finalidade descobrir novos conhecimentos, seja em que área ou em que nível for”. Desta forma, os procedimentos metodológicos buscam responder aos questionamentos apontados na pesquisa e, conseqüentemente, atingir os objetivos propostos, identificando o espaço temporal em que se encontra o estudo.

Em relação aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como descritiva e explicativa, e quanto aos procedimentos classifica-se em bibliográfica e documental, uma vez que fez uso principalmente de artigos e de livros, além de material complementar para sustentar a base teórica aqui abordada.

Em relação à pesquisa documental, esta é elaborada a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico (PRESTES, 2008). Por ser um tema eminentemente técnico, buscou-se na literatura correlata ao orçamento público e a licitações públicas suporte teórico-empírico para responder à questão problema levantada.

Gil (2010) destaca que a pesquisa descritiva procura descrever as características de determinado fenômeno e a pesquisa explicativa visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência desses fenômenos. Destarte, esse trabalho apresenta-se como descritivo, pois foram coletados dados públicos, com conseqüente compilação e posterior análise, mas sem interferir na essência dos mesmos.

3.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA

Gil (2010) define universo ou população como sendo um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características e amostra como um subconjunto do universo ou população. Dessarte, todos os dados secundários tratados nesta pesquisa foram coletados nas atas do *site* de Compras Governamentais (COMPRASNET) e encontram-se publicadas inclusive por meio do Portal da Transparência.

O IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica que tem como missão preparar profissionais cidadãos com sólida formação humanística e tecnológica para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão (IFPB, 2016).

No total, foram analisadas 159 atas de registros de preços nos pregões realizados pelos pela Reitoria do IFPB, uma vez que no processo de interiorização e expansão do referido instituto, muitos *campi* ainda não detém estrutura logística e pessoal capacitado para realizar essas atribuições. Assim, grande parte das compras do instituto ainda se concentra do Departamento de compras e aquisições da Reitoria.

Por essa exposição, essa amostra pesquisa caracteriza-se como sendo não probabilística aleatória por escolha racional do investigador, ou seja, a escolha da amostra é intencional ou por conveniência, considerando as características particulares do grupo em estudo ou ainda o conhecimento que o pesquisador tem daquilo que está investigando, ou seja, como é um tema em que o pesquisador atua e conhece em profundidade, esse tipo de amostra para a resolução problemática foi a mais indicada.

A amostra pode ser visualizada na figura abaixo.

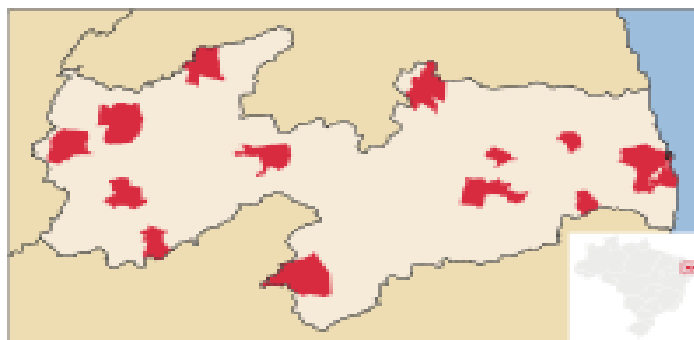


Figura 1 - Campi implantados do IFPB
Fonte: Elaborado do *site* do IFPB, 2017.

Atualmente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia conta com quinze *campi* distribuídos, como se pode visualizar na figura, em todas as regiões do estado, desde o litoral ao sertão, as populações dessas áreas passaram a ter acesso além dos cursos técnicos que já vinham sendo ofertados regularmente, aos cursos de licenciatura, tecnológico de nível superior e de bacharelado.

Em decorrência da importância e magnitude desse processo de expansão do instituto, releva-se a necessidade da compreensão que como a execução orçamentária está contribuindo para o aprimoramento e também para a abertura e consolidação de novos cursos, principalmente em áreas historicamente desassistidas pelo poder público, como o sertão, que conta hoje com grandes polos em engenharias e ciências agrárias.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Nessa parte da investigação, será abordado como os dados foram coletados e qual o tratamento metodológico dado aos mesmos com a intenção de extrair o máximo possível de informações. Essa consulta, como exposto anteriormente, foi realizada integralmente num total de 159 atas de registros de preços de compras realizadas por meio da modalidade de licitação Pregão Eletrônico entre os anos de janeiro de 2010 a dezembro de 2016.

Outrossim, a operacionalização das análises foi realizada com o auxílio das planilhas do *Microsoft Excel*® e do pacote estatístico *SPSS-Statistical Package for the Social Sciences*, sendo a estatística utilizada para comparação de preços o coeficiente de correlação *Pearson*. Barbosa (2015, p.185) acrescenta que “o tratamento da amostra de preços coletada consiste em aplicar técnicas estatísticas que permitam analisar o comportamento dos preços ao longo do tempo, bem como, determinar as cotações que se distanciam de forma excessiva das demais”.

O coeficiente de correlação de *Pearson* que normalmente é representado pela letra **r** é uma medida do grau de relação numérica linear entre duas variáveis contínuas. Este coeficiente possui a seguinte faixa de variação: $-1 \leq r \leq +1$; onde quanto mais próximo **r** estiver de + 1, mais próximos os pontos estarão de ajuste integral de uma reta crescente, quanto mais próximo **r** estiver de - 1, mais próximos estarão os pontos de ajuste integral a uma reta decrescente, e **r** igual a zero indica a não existência de correlação (BRUNI, 2010, p. 287) cuja fórmula é:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Em que: x_i e y_i são os valores das variáveis X e Y e \bar{x} e \bar{y} são respectivamente as médias dos valores x_i e y_i . Por meio dessa estatística, pretendeu-se correlacionar se os preços de referência registrados nas atas de registros de preços dos pregões eletrônicos guardavam algum tipo de relação matemática com os preços realmente contratados pela administração pública e que se encontravam registrados nos termos de homologação disponíveis no portal de compras governamentais.

3.4 HIPÓTESES DE PESQUISA

Para melhor compreensão dessa dinâmica orçamentária em relação às compras por entidades públicas, deve-se entender a diferença de o que seriam os preços de referência e os preços homologados em uma contratação feita na licitação por modalidade de pregão. Os preços de referências são os preços obtidos através de cotação orçamentária feita através de ampla pesquisa de mercado pelo entre contratante, enquanto que, os preços homologados são aqueles em que a administração pública aceita contratar com a iniciativa privada, esse nunca será maior que aquele e quem o homologa é a autoridade competente do órgão.

Portanto, foram elaboradas hipóteses de pesquisa levando-se em consideração a experiência profissional do investigador e estudos similares disponíveis na literatura. Em linhas gerais os resultados da investigação apontam para as seguintes hipóteses quando se leva em consideração o problema aqui abordado:

Hipótese 1: Existe correlação entre os preços referência e os preços homologados

Hipótese 2: Não existe correlação entre os preços referência e os preços homologados.

Uma observação a ser feita nessa investigação, é que apenas a modalidade de licitação pregão foi utilizada, não entrando nesse estudo outras modalidades como: concorrência,

tomada de preços ou convite, mesmo que o referido instituto as tenha utilizado do período aqui exposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os setores de compra dos órgãos públicos vêm passando por profundas transformações advindas principalmente da introdução da tecnologia da informação como meio de assegurar a lisura, transparência e fiscalização por parte do cidadão. Portanto, os dados referentes aos objetos analisados encontram-se dispostos nos gráficos e tabelas que se seguem.

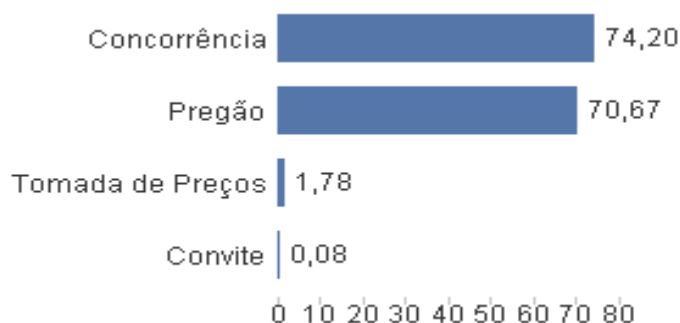


Figura 2 – Valor das compras por modalidade de licitação

Fonte: Painel de Compras do governo, 2017.

Esses dados são referentes às contratações realizadas pelo IFPB entre os anos de janeiro de 2012 a maio de 2017 e apontam que as modalidades mais utilizadas para compras pelo órgão foram a Concorrência com R\$74,2 milhões, seguida do Pregão Eletrônico com R\$ 70,67 milhões; isso se explica pois nos últimos anos o Instituto vem passando por um processo contínuo de expansão e ampliação de sua rede, o que exigiu grandes aportes de recursos principalmente utilizados para construção de novas unidades licitadas através de Concorrência.

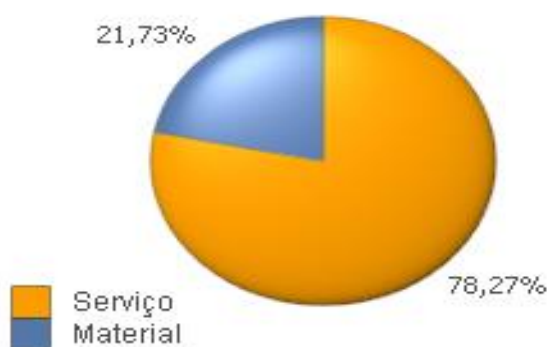


Figura 3 – Tipo de aquisições

Fonte: Painel de Compras do Governo, 2017.

Na figura 3 fica bem evidente que as aquisições de serviços representaram 78,27% do tipo de compras realizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, enquanto os materiais representaram 21,73%. Esses dados são referentes aos anos de janeiro de 2012 a maio de 2017 e mais uma vez podem ser explicados pelo processo de expansão da rede tecnológica federal de ensino, que exigiu contratação de muita mão-de-obra através de concurso ou também através de terceirização de pessoal para atender aos novos cursos e aos novos *campi* recém abertos.

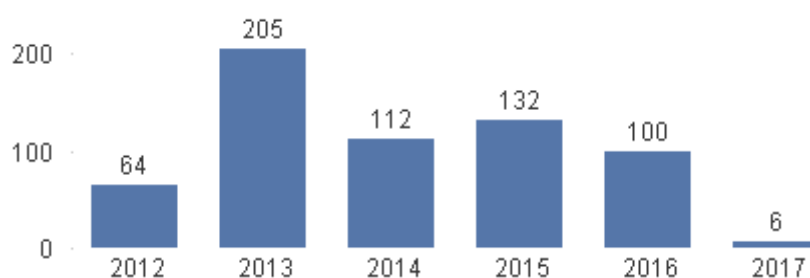


Figura 4 – Total de processos de compras por ano

Fonte: Portal de Compras do Governo, 2017.

Os processos referentes à compra vêm se mantendo em linhas gerais equilibrados desde o ano de 2012, como um acentuado aumento em 2013 e certa estabilidade nos anos de 2014, 2015 e 2016. A situação em 2013 pode ser explicada pois, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, houve uma transferência maior de recursos para os institutos federais em decorrência de uma menor restrição orçamentária e também de um bom momento que a economia brasileira passava, o que culminou com a abertura de novo cursos e consequentemente contratação de pessoal e construção de novas unidades.

Quanto à análise de preços obtida diretamente das atas de registro de preço disponíveis no portal de compras do governo federal, em decorrência do grande número de itens e de suas peculiaridades, os mesmos foram divididos em três tabelas que se encontram a seguir:

Tabela 1 - Material de expediente e almoxarifado

Produtos	Preço orçado	Preços homologados	Amplitude total	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Cartucho original ou novo compatível com a impressora HP Office Jet 3680, preto.	R\$ 375,00	R\$ 194,90	180,10	127,35	44,69%
Tonner original ou novo compatível com a impressora Xerox Phaser 3428.	R\$ 29.466,40	R\$ 7.177,60	22.288,80	15.760,56	86,02%
Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade até 20 aplicações folha	R\$ 30,53	R\$ 8,25	22,28	15,75	81,25%
Cartucho toner impressora / copiadora xerox, referência impressora phaser 6100	R\$ 300,68	R\$ 190,00	110,68	78,26	31,90%

Extintor incêndio, capacidade 10 l	R\$ 233,50	R\$ 95,00	138,50	97,93	59,63%
------------------------------------	------------	-----------	--------	-------	--------

Fonte: Elaboração própria com dados do portal de compras do governo federal, 2017.

Nessa tabela estão presentes os principais itens utilizados como material de expediente e almoxarifado do instituto; assim, fica claramente visível que em todos os casos os produtos comprados apresentaram um desvio padrão muito elevado, ou seja, os preços orçados no momento da cotação de preços se destoaram muito dos valores reais homologados pela administração, fato comprovado pelos coeficientes de variação, em que o item Tonner original para impressora Xerox Phaser apresentou um coeficiente de 86,02%, o Grampeador, que é um item muito comum e de fácil descrição apresentou uma variação de 81,25%, seguido dos extintores e de cartuchos.

Tabela 2 - Material permanente utilizado em atividades administrativas

Produtos	Preço orçado	Preços homologados	Amplitude total	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Alicate eletricitista, cabo isolado, com 8´	R\$ 44,91	R\$ 8,50	36,41	25,75	96,41%
Alicate de corte diagonal, cabo isolado com 6´.	R\$ 20,08	R\$ 5,60	14,48	10,24	79,74%
Fonte alimentação ininterrupta, tensão entrada 127/220 v	R\$ 4.469,00	R\$ 2.757,00	1.712,00	1.210,57	33,51%
Armário baixo fechado, com portas de abrir, com chaves e 01 prateleira interna constituídos em madeira aglomerada revestida em laminado melamínico	R\$ 1.567,00	R\$ 350,00	1.217,00	860,55	89,78%
Aparelho telefônico sem fio, funções mute, rediscar e flash, cor preta ou cinza.	R\$ 85,33	R\$ 53,00	32,33	22,86	33,05%
Memória portátil microcomputador, capacidade memória 8 gb	R\$ 45,30	R\$ 25,55	19,75	13,97	39,42%
Purificador de água ligado diretamente a rede hidráulica, com no mínimo três estágios de purificação, material atóxico	R\$ 848,33	R\$ 513,33	335,00	236,88	34,79%
Forno mufla, material chapa aço carbono, altura 100 mm, largura 120 mm, profundidade 150 mm, temperatura máxima 1.200 ° c	R\$ 4.067,48	R\$ 1.379,90	2.687,58	1.900,41	69,77%
autoclave, material aço inox, tipo* horizontal, modelo gravitacional, operação automática, digita	R\$ 4.526,00	R\$ 2.676,00	1.850,00	1.308,15	36,33%
Perfuradora papel para espiral	R\$ 6.116,67	R\$ 2.999,75	3.116,92	2.204,00	48,35%
Switch, quantidade portas 24 un, tipo portas 10/100	R\$ 3.517,64	R\$ 1.392,00	2.125,64	1.503,05	61,23%
MICROFONE SEM FIO - Microfone sem fio; construído em metal (transmissor e receiver)	R\$ 10.377,00	R\$ 4.900,00	5.477,00	3.872,82	50,70%

Fonte: Elaboração própria com dados do portal de compras do governo federal, 2017.

Na tabela 2 estão discriminados os itens referentes a materiais permanentes utilizados principalmente no desenvolvimento de atividades administrativas. Portanto, as maiores

variações de preços são observadas na compra de alicates diversos (96,41%), forno (69,77%), switch (61,23%) e microfones (50,70%). Essas variações indicam que em relação a materiais permanentes que são utilizados em atividades predominantemente administrativas as diferenças de preços podem ser explicadas por especificações mal feitas pelo setor demandante o que pode ter ocasionado a compra de materiais com qualidade inferior e a preços superavaliados.

Tabela 3 - Material permanente utilizado em atividades pedagógicas

Produtos	Preço orçado	Preços homologados	Amplitude total	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Suporte fixação projetor, material ferro, formato disco, tipo universal	R\$ 161,66	R\$ 67,00	94,66	66,93	58,55%
Bebedouro escolar: capacidade de 120 a 180 litros; gabinete em inox; sistema de resfriamento com serpentina direto no depósito de água	R\$ 2.859,67	R\$ 1.179,99	1.679,68	1.187,71	58,80%
Câmera digital slr com resolução mínima de 12mp, filmagem em hd a 24fps ou superior, função live view	R\$ 8.430,00	R\$ 4.070,00	4.360,00	3.082,99	49,33%
Disco rígido removível, capacidade memória 1,50 tb., velocidade transferência 480 mbp	R\$ 469,00	R\$ 217,90	251,10	177,55	51,70%
Aparelho de pressão com braçadeira de velcro. Esfigmomanometro.	R\$ 98,33	R\$ 32,99	65,34	46,20	70,37%
Equipamento de navegação portátil via satélite utilizando sistema de navegação GPS - Global Positioning System com seguintes requisitos: Dimensão máxima 60x150x40 mm (largura x altura x profundidade em milímetros)	R\$ 1.661,67	R\$ 702,00	959,67	678,59	57,42%
Microscópio, componentes óptico, tubo binocular, estrutura ergométrica, 4, faixa ampliação 4x, 10x, 40x, 100x, tensão alimentação 110/220 v	R\$ 3.971,67	R\$ 525,00	3.446,67	2.437,16	108,40%
Aparelho determinação ph, nome aparelho determinacao ph	R\$ 961,00	R\$ 400,00	561,00	396,69	58,29%
Turbidímetro, tipo digital, alimentação 110/220 vca, material aço inoxidável, formato retangular, faixa trabalho de 0 a 100 ntu, resolução escala de 0 a 10-0,01ntu; de 10 a 100- 0,1ntu	R\$ 4.773,00	R\$ 870,00	3.903,00	2.759,84	97,81%
Estetoscópio, tipo biauricular, material auscultador aço cromado, material articulação	R\$ 49,60	R\$ 9,00	40,60	28,71	97,98%
Multímetro digital com fundo de escala de 30 volte	R\$ 293,89	R\$ 99,90	193,99	137,17	69,67%
Luxímetro digital - display: lcd 3 ½ dígitos com leitura máxima de 1999	R\$ 222,08	R\$ 90,00	132,08	93,39	59,85%
Sistema didático para estudo de controladores lógicos programáveis	R\$ 17.086,33	R\$ 5.999,99	11.086,34	7.839,23	67,91%
Multímetro industrial <i>true rms cat iv</i> este equipamento deverá possuir as seguintes funções e especificações	R\$ 1.909,00	R\$ 670,00	1.239,00	876,11	67,94%
Decibelímetro - medidor de nível de pressão sonora digital descrição	R\$ 496,00	R\$ 187,09	308,91	218,43	63,95%

Fonte: Elaboração própria com dados do portal de compras do governo federal, 2017.

Para a Tabela 3, que comporta os itens referentes a materiais permanentes utilizados principalmente no desenvolvimento de atividades pedagógicas do instituto, percebe-se que as maiores variações de preços estão presentes em itens como: aparelho de pressão (70,37%); microscópio (108,40%); e em equipamentos mais sofisticados como turbilímetro, estetoscópio e multímetro, isso evidencia que as maiores diferenças são observadas em bens de alto valor agregado que são, conseqüentemente, mais caros e potencialmente ofertados em mercados mais oligopolizados ou até monopolizados.

No Gráfico 1 seguinte, tem-se um resumo geral dos preços praticados (orçados e homologados) nas atas analisadas, assim, verifica-se que de maneira geral os mesmos apresentam uma distribuição ao longo do gráfico muito semelhante.

A linha azul representa o valor orçado antes da realização do pregão e a linha vermelha representa o valor homologado, uma queda abrupta dos preços é observada nos primeiros e nos últimos itens, de maneira geral os valores se intercalam quase que simultaneamente, formando uma distribuição normal. As maiores oscilações foram constatadas em itens como: estetoscópio e turbidímetro com $CV = 97,98\%$ e microscópio com $CV = 108,40\%$. Bens permanentes como armário fechado para laboratórios também apresentaram significativos $CV = 89,79\%$. Essa variação foi observada ainda em bens de consumo comum como *tonner* de impressora e grampeador.

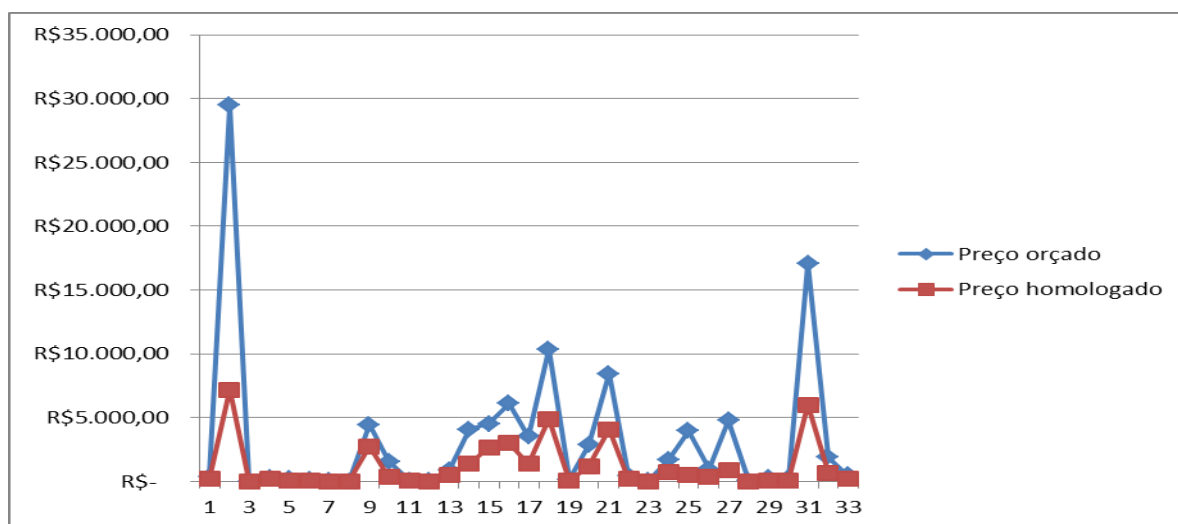


Gráfico 3 – Variação dos preços unitários

Fonte: Elaboração própria com dados do portal de compras do governo federal, 2017.

Existem diferentes métodos e modelos matemáticos que podem ser empregados para analisar variáveis e suas relações, uma das medidas mais simples, mas que pode trazer grandes resultados é o uso de correlações. A seguir é apresentada a tabela com os resultados

das análises estatísticas, feita por meio do coeficiente de correlação de *Pearson*® com o auxílio do pacote IBM SPSS 24®.

Tabela 4 - Cálculo do coeficiente de correlação

Correlações paramétricas		Preço orçado	Preço homologado
Preço orçado	Coeficiente de Correlação	1	0,936**
	Sig. (bilateral)		0
	N	53	53
Preço homologado	Coeficiente de Correlação	0,936**	1
	Sig. (bilateral)	0	
	N	33	33

**Significante a 5%

Fonte: Elaboração própria com dados do portal de compras do governo federal, 2017.

Esse coeficiente varia entre -1 e + 1, quanto mais próximo de 1 mais forte será a correlação entre as variáveis. Portanto, das 33 observações analisadas, nota-se na tabela 4 que esse coeficiente foi de 0,936% ao nível de 5% de significância estatística, assim, pode-se constatar que existe uma forte correlação entre os preços orçados e os preços homologados e registrados nas atas dos pregões. Isso indica que ao menos para essas contratações, as estimativas de preços foram realizadas da forma eficiente e representando o máximo possível a realidade do mercado, mas os resultados não são absolutos, necessitando de acréscimo de mais valores para possibilitar melhores comparações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura política e econômica do país vem impondo severos desafios para os agentes públicos que lidam com contratações de bens e serviços para atender às atividades fins que são desenvolvidas em uma instituição. No contexto da gestão pública, um dos setores mais importantes para a boa condução de uma compra eficiente e para verificar como está a gerência dos recursos públicos dentro do órgão, é o setor de compras e licitações.

Para esse setor são encaminhados os processos provenientes de diferentes departamentos, ao chegarem os mesmos são analisados, processados e conduzidos através de um certame licitatório que ao final busca selecionar o fornecedor que ofereça a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Destarte, verificou-se por meio de profunda análise nas atas de registro de preços, que de maneira geral existe uma forte correlação (94%) entre os preços orçados e os preços homologados pelo ordenador de despesa do órgão analisado, o que conduz à conclusão de que

essas pesquisas estão sendo bem elaboradas e dentro dos padrões praticados no mercado, apesar de somente essa estatística não servir para maiores generalizações.

Quanto à análise dos certames individualmente por produto, constatou-se através da estatística descritiva que as maiores variações foram observadas em itens de alto valor agregado e conseqüentemente de alto custo, como equipamentos para laboratórios e itens de informática. Esses resultados levam a crer que os fornecedores que fornecem as cotações orçamentárias para esses tipos de materiais estão os superavaliado, ou também que falhas foram cometidas do momento da pesquisa de preços pelo setor responsável, o gerou cotações inconsistentes.

Verificou-se, assim, que a melhor forma de orçar a estimativa de preços é por intermédio de uma pesquisa de mercado que priorize a qualidade e a diversidade das fontes disponíveis, e para que isso aconteça é importantíssimo que os diferentes atores envolvidos (setores solicitantes, direção de ensino e planejamento, setor de licitações) trabalhem de forma mais sistêmica e organizada possível como forma de reduzir o risco de frustração do pregão por inconsistências nos preços auferidos.

Depreende-se, portanto, que o bom uso da cotação de preços mostrou-se fator primordial e indispensável para o órgão analisado, uma vez que, para a condução de uma contratação efetiva, séria e fidedigna, essa etapa mostrou-se indispensável, principalmente por requerer uma reflexão crítica dos agentes públicos envolvidos na condução da compra desde a formação do termo de referência até a assinatura do contrato.

Conclui-se que o caminho a ser percorrido para que os processos de compra sejam mais planejados ainda é longo, pois muitos são os entraves diante da administração pública brasileira que ainda carecem de modernização em termos operacionais. Contudo, os passos iniciais para ultrapassar esses desafios já estão sendo dados; um exemplo são as melhorias dos processos gerenciais e nos treinamentos ofertados aos servidores que atuam diretamente com aquisições.

Recomenda-se, então, investigações em outros órgãos públicos que utilizem o sistemas de compras do governo federal para a contratação de bens e serviços comuns, inclusive com uso de períodos mais longos e em licitações que comportem outros produtos que são adquiridos de forma similar em outros órgãos pertencentes aos poderes o executivo e também no judiciário; visando realizar comparações de como efetuar uma compra justa, com eficiência, eficácia e economicidade para os órgãos públicos.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste artigo são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). As opiniões nele emitidas não representam, necessariamente, pontos de vista da Equipe GPTAE.

REFERÊNCIAS

- ABREU, W. M. de; GOMES, R. C. O orçamento público brasileiro e a perspectiva emancipatória: existem evidências empíricas que sustentam esta aproximação? **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v.47, n.2, p. 515-540, mar./abr. 2013.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. 20^a ed. São Paulo: Método, 2012.
- BARBOSA, T. B. Preços para licitações públicas. **In: Compras públicas, estudos, conceitos e infográficos**. Curitiba: Instituto Negócios Públicos, 2015.
- BARROS, W. P. **Licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BASTOS, T. Formação de preços. **In: SEI - Seleção de estudos e instruções-Licitações e Contratos**. Curitiba: Instituto Negócios Públicos, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 3.555 de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] DOU: 09 out. 2000.
- _____. Decreto nº 5.450 de 21 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] DOU: 01.06.1993.
- _____. Lei nº 10.520 de 17 de julho 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] DOU: 18 jul. 2002.
- _____. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] DOU: 22 jun.1993.
- BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CAMARGO, D. M. de O.; FARBER, J. C.; LIMA, I. G.; MUNHOZ, W. A.; MORAES, P. Análise do processo de elaboração e execução do orçamento público do município de

Peruíbe/SP. **UNISEPE – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa**. Perúibe. v.6, n.1. p. 180-199, jan./dez., 2014.

Controladoria Geral da União (CGU). Disponível em: <http://www.cgu.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2017.

COSTA, M.C. Redução de custos nas compras governamentais: exemplos e economia dos Governos dos estados da Bahia e de São Paulo. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v.14, n.12, pp. 375-383, set. 2004.

COSTA, V. 10 coisas que você deveria saber sobre o pregão. Disponível em: <<http://www.weblicitacoes.com.br/pesquisa-de-preco-licitacao/>>. Acesso em: 5 mai. 2017.

DANTAS, F. C.; ALBUQUERQUE, L. C.; RÊGO, T. de F.; CARVALHO, J. R. M.; BATISTA, F. F.. O orçamento público como ferramenta efetiva para gestão e controle financeiro da administração pública: uma análise da percepção dos gestores municipais da microrregião de Sousa/PB. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 91-104, jan./abr. 2014.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Disponível em: <http://www.enap.gov.br/>. Acesso em: 4 mai. 2017.

FARIA, E. R. de; FERREIRA, M.A.M.; SANTOS, L. M. dos; SILVEIRA, S. de F. R.; Pregão eletrônico *versus* pregão presencial: estudo comparativo de redução de preços e tempo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 47 - pp. 62, jan./abril, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB). Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/noticias/2017/03/reitor-visita-os-campi-da-expansao-iii>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

Ministério da educação (MEC). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET). Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a Construção do Conhecimento – do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3ª ed. São Paulo: Rêstel, 2008.

REIS, P. S. de M. (org). **Meu Guia Prático - Licitações e Contratos Administrativos**. 6ª. Curitiba; IDEHA, 2014.

_____. **O planejamento das licitações e o pregão.** *In:* Compras públicas, estudos, conceitos e infográficos. Curitiba: Instituto Negócios Públicos, 2015.

SOARES JÚNIOR, F. V. D; MORAIS, H. A. R de. PREGÃO ELETRÔNICO: um estudo da economicidade propiciada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Revista Foco.** v. 9, n.1, p.251-267, jan./jul. 2016.

SOUSA, W. de; TEIXEIRA, A. J. C. Um estudo sobre a viabilidade de implantação do pregão eletrônico e uma contribuição na apuração dos resultados nos processos licitatórios. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC).** v.2, n.2, p. 75-94, maio./ago. 2008.

Tribunal de Contas de União (TCU). Disponível em:

<<http://portal.tcu.gov.br/cidadao/cidadao.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

VASCONCELOS, F. Licitação pública: análise dos aspectos relevantes do pregão. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/viewFile/4566/3436>>. Acesso em: 12 mar. 2016.